

BREVE PANORAMA DA LITERATURA SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS PÚBLICAS NO BRASIL

Thais Samara de Castro Bezerra¹
Lemuel Dourado Guerra²

RESUMO: Este artigo tem como proposta analisar as linhas gerais do que tem sido explorado na literatura brasileira em relação às políticas culturais públicas, sendo um texto referido a uma pesquisa ainda em andamento. Nossa análise aqui apresentada foi feita com base na leitura de livros e artigos produzidos por autores brasileiros, incluindo também a análise de textos de *sites* de órgãos governamentais referidos ao tema focalizado.

Palavras-chave: Literatura sobre políticas culturais públicas no Brasil.

INTRODUÇÃO

Os estudos que tratam de políticas públicas em geral têm gradualmente crescido, sendo atualmente o tema discutido em nível mundial [SOUZA, 2003]. É perceptível também que muitos dos estudos têm sido concentrados no âmbito das políticas setoriais, além de serem predominantemente estudos de caso, com base empírica muito forte [cf. FREY, 2000].

A teoria da política pública foi desenvolvida em países com democracias consolidadas, países considerados “desenvolvidos”, o que deve ser levado em consideração ao utilizar tal teoria para estudos em países com realidades diferentes, por exemplo em países *em desenvolvimento*. Vale salientar também que os estudos tradicionais sobre políticas públicas estavam muito baseados em métodos muito descritivos [FREY, 2000, p.215], como, por exemplo, quantidade de beneficiados por um programa, produção de índices de eficiência, entre outros.

Quanto às políticas culturais públicas, estas parecem seguir o mesmo caminho das políticas públicas em geral. Os estudos teóricos ainda são bastante escassos aqui no Brasil, onde as análises existentes estão mais voltadas para casos empíricos, para análises de programas culturais, por exemplo. Existem também os casos de alguns autores oferecerem

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (thaissamara@hotmail.com).

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (lenksguerra@yahoo.com).

orientações de como a política cultural deve ser elaborada e implantada, sem fazer muita alusão às teorias do tema.

Este artigo tem como proposta analisar as linhas gerais do que tem sido explorado na literatura brasileira em relação às políticas culturais públicas, sendo um texto referido a uma pesquisa ainda em andamento. Nossa análise aqui apresentada foi feita com base na leitura de livros e artigos produzidos por autores brasileiros, incluindo também as análises de textos dos sites de órgãos governamentais.

Esse artigo contribui para a literatura relativa a essa temática pelo fato de apresentar, ainda que de forma breve, um panorama do que tem sido desenvolvido no campo teórico-conceitual das políticas culturais públicas aqui no Brasil através de uma análise bibliográfica e dos sites governamentais que focalizam o tema aqui discutido. Nosso texto focaliza quatro elementos que têm sido explorados no *corpus* bibliográfico analisado: a abrangência do conceito de cultura (sociológica e antropológica); as dimensões políticas; a definição de objetivos das políticas públicas na área da cultura; e o caráter público da política cultural. A partir disso, pode-se analisar o que já está “saturado” nos estudos e o que ainda precisa ser explorado.

BREVES NOÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Antes de discutir a política cultural em si, é necessário discutir um pouco sobre política pública, apresentar algumas de suas noções, perspectivas de estudos e influências. Isso porque queremos dar ênfase ao caráter público da política cultural, mesmo sabendo que outras esferas estão envolvidas direta ou indiretamente, como a esfera privada e a esfera da sociedade. Percebe-se que a maioria dos autores brasileiros que estuda políticas culturais tem analisado mais a ação pública da política cultural, e acreditamos que isso ocorre, dentre outros possíveis motivos, pelo fato de que, no Brasil, o principal ator responsável pela promoção do acesso à cultura ainda é o Estado. Mas, para além dessa hipótese, a exploração do aspecto público da política cultural termina sendo até mesmo um instrumento metodológico que facilita a delimitação da área de estudo e oferece uma maior segurança na pesquisa.

Assim, a discussão sobre política pública surgiu como uma subárea da Ciência Política por volta de 1930, e se constituiu como campo de conhecimento e disciplina nos Estados Unidos, onde as análises não tinham o papel do Estado como foco, diferentemente dos estudos desenvolvidos na Europa. Desde já, é importante observar os espaços em que esta

teoria foi desenvolvida: são países com democracias estáveis e consolidadas; isso tem forte influência na constituição da teoria.

Várias são as definições existentes para política pública. Lynn (1980) define políticas públicas “como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”; Dye (1984) define política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer"; e Laswell afirma que “análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006). Percebe-se que as definições acima incitam a discussão sobre a ação do governo, o que por sua vez implica em uma discussão multidisciplinar que abarque política, economia e sociedade. Assim, discutir políticas públicas significa recorrer aos mais diversos campos de conhecimento, como a geografia, sociologia, economia, entre outros, o que não significa dizer que as políticas públicas não tenha suas características e métodos próprios. A abordagem analítica conhecida como “policy analysis” (análise política), por exemplo, é própria do conhecimento das políticas públicas (FREY, 2000).

É válido ressaltar que uma política pública não é necessariamente restrita ao poder ou esfera público, mas também o poder privado pode e deve ter a sua participação, e é a partir disto que o jogo de relações de interesse torna-se mais acirrado, em função da disputa por acesso a recursos, bem como a garantia da reafirmação de grupos de poder:

É verdade que a expressão *política pública* possui diversas conotações, mas aqui genericamente significa que se trata da escolha de diretrizes gerais, que tem uma ação, e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis, que no nosso campo é a difusão e o acesso à cultura pelo cidadão. (SIMIS, 2007, p.133)

As relações e práticas existentes no campo das políticas públicas não estão restritas a apenas leis e regras formais e/ou legais, ou mesmo restritas aquilo que é visível: “Não se pode reduzir o político (sua representação) somente a práticas visíveis, explícitas, conscientes ou socialmente organizadas”. (SCHIOCHET, 2005, p.52). É a partir dessa constatação de relações diversas que a discussão do neo-institucionalismo, este enquanto um conjunto de regras formais e informais, pode se fazer presente, pois “ênfatiza a importância crucial das instituições/regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas”. (SOUZA, 2006). Lia Calabre (2009), uma das estudiosas sobre política cultural no Brasil entende política pública como uma decisão que ordena a ação do Estado, mas que envolve diferentes agentes:

Ao definirmos, sinteticamente, políticas públicas, podemos dizer que são decisões ordenadoras da ação do Estado sobre uma determinada área, normatizando procedimentos, envolvendo diferentes agentes em todo seu processo de elaboração e implementação, inclusive da sociedade civil, com alocação de recursos financeiros e humanos. (CALABRE, 2009, p.263)

A política pública é um instrumento que está carregado de poder. Quem possui o manejo desse instrumento, possui o poder, e possuindo poder, decide-se “o que fazer, para quem fazer e onde fazer”, ou mesmo “o que não fazer, para ninguém e em nenhum lugar”:

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia. (TEIXEIRA, 2002, p.2).

Muito se tem discutido sobre a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas, isso como um resultado de uma visão mais democrática da política. Em paralelo a essa discussão, tem-se a ideia de uma política pública voltada ou centrada no ‘indivíduo’, este devendo ser o elemento principal a ser beneficiado pela política pública. Para tanto, é necessário conhecer bem a realidade dos indivíduos: “Fundamentar o conhecimento na realidade concreta, ou seja, nas circunstâncias que as pessoas vivem cotidianamente, centrando a atenção na "pessoa" e suas experiências de vida, permite maior eficiência de atuação”. (SAWAYA, 2006). Certo que esta é uma orientação pertinente, um “modelo ideal” de política, mas é certo também que, aqui no Brasil, ainda há muito a ser expandido nesse aspecto.

POLÍTICA CULTURAL E SEUS CONCEITOS NO BRASIL

Por ser recente, esse é um conceito que ainda está passando por algumas alterações, e ainda são poucas as tentativas de teorização das políticas culturais no Brasil. A maioria dos estudos concentra-se em casos empíricos. Mas é possível identificar alguns elementos predominantes nos conceitos utilizados ainda que timidamente, como a expressão da área de atuação e dos agentes envolvidos na política. Apesar do conceito ser recente, os estudos sobre políticas culturais na Europa estão bem mais avançados do que no Brasil, e não apenas os

estudos, mas também as práticas das políticas culturais e o reconhecimento de sua importância no desenvolvimento humano, social e econômico.

Por serem poucas as tentativas de teorizar as políticas culturais no Brasil, pesquisadores da área podem deparar-se com um trabalho bastante árduo. Logo de início pode observar que os estudos sobre política cultural estão distribuídos entre as mais diversas áreas do conhecimento, o que dificultava ainda mais as buscas. Concordando com Rubim (2006, p.4), essa “dispersão” significa o caráter transversal que a cultura assume na contemporaneidade mas, também revela a falta de tradição desses estudos no país e, como consequência, sem uma área científica definida para o inícios dos mesmos.

Rubim (2007a, p.140) afirma que os esforços de Teixeira Coelho e de Alexandre Barbalho merecem ser lembrados pelo fato de se voltarem para a definição do conceito de política cultural e que, o horizonte teórico-conceitual da política cultural implica em pelo menos os seguintes requisitos: intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas (RUBIM, 2007b, p.13). Assim, para Teixeira Coelho, a política cultural se constitui como uma ciência:

Constituindo [...] uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitário com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. (...) como o conjunto de iniciativas, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsáveis. (COELHO *apud* NASCIMENTO, 2008, p.2)

Mas o conceito ou definição de Teixeira Coelho não é acatado sem questionamentos. Assim, Barbalho, além de afirmar que é necessário fazer uma distinção entre política cultural e gestão cultural (a primeira enquanto pensamento da estratégia e a segunda enquanto execução), uma distinção nada mais do que justa e fundamental para compreendermos os níveis e tipos de ações e a quem cabe a responsabilidade de cada uma, também questiona a definição de Teixeira Coelho, colocando em dúvida se a política cultural deve ser considerada como uma ciência de fato:

A primeira dificuldade com esta definição é propor a política cultural como ciência. Será que o objeto é tão singular que requer a elaboração de uma nova área científica? Creio que não. Primeiro, a política cultural é o conjunto de intervenções práticas e discursivas no campo da cultura, e essas intervenções não são científicas, na medida em que política e cultura não são

sinônimos nem se confundem com ciência. (BARBALHO *apud* NASCIMENTO, 2008, p.3)

Além desses autores principais que se destacam pela abordagem conceitual, Lia Calabre apresenta uma noção básica sobre política cultural a qual acreditamos ser fundamental tê-la em mente antes de qualquer leitura conceitual de fato: “parte do pressuposto teórico de que o conceito de política cultural é abrangente e que não se limita às ações dos ministérios da cultura ou dos órgãos governamentais similares” (2009, p.263). Quanto aos órgãos governamentais, o IBGE em um dos seus estudos (Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006), assim define políticas culturais:

Política cultural é a ação do poder público ancorada em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários. Esta política é orientada para melhorar a qualidade de vida da população através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas, proporcionando à mesma o acesso aos bens culturais. Trata-se de uma ação voltada para todo o município e não somente para alguns segmentos da sociedade. (IBGE, 2007, p. 253)

O conceito de Félix e Fernandes é bastante prático, mas provoca certa curiosidade para saber quais os tipos de intervenções na sociedade essa política se pretende ao utilizar a cultura como instrumento para tal: “Políticas culturais são formulações e/ou propostas desenvolvidas pela administração pública, organizações não-governamentais e empresas privadas, com o objetivo de promover intervenções na sociedade através da cultura” (FÉLIX; FERNANDES, 2007, p.1).

PERSPECTIVAS DIMENSIONAIS

Em cada conceito utilizado para a expressão “política cultural”, estão implícitas dimensões culturais e políticas adotadas previamente. É importante notar essas dimensões assumidas nos conceitos e nas práticas das políticas públicas culturais, pois a dimensão norteará boa parte do planejamento e implementação dessas políticas, bem como será refletida nos resultados por elas desejados. Além de ser importante observar a dimensão da cultura na política cultural, deve-se deixar claro qual a dimensão estará guiando uma pesquisa na área de política cultural.

Isaura Botelho é uma das expoentes nessa questão da dimensão da cultura nas políticas culturais aqui no Brasil, pois, para ela, a clareza da dimensão determina o tipo de investimento da política cultural (2001, p.74). Tem-se duas dimensões: a antropológica e a

sociológica. A dimensão antropológica da cultura é de cunho mais abrangente, onde tudo o que é produção humana e que pode ser verificado através de interações entre o meio social e ambiental é considerado cultura. Aqui estão envolvidos os aspectos materiais e imateriais da cultura, os modos de ser e pensar de cada sociedade. Para Isaura Botelho, a cultura na dimensão antropológica:

(...) se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. (2001, p.74).

Já a dimensão sociológica da cultura está restrita ao campo das artes em geral (dança, música, teatro, artes plásticas, cinema, entre outras) centrando-se em questões como a sua produção, distribuição e circulação. Assim, para a sociologia, em relação à cultura, o interesse está em investigar e realizar análises sobre leis, projetos, instituições e órgãos que produzem, distribuem ou facilitam a circulação da arte, além de procurar saber relações, atores e mediadores envolvidos nessas ações e órgãos:

Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso. (ibidem, 2001, p.74).

Compreende-se aqui que, ao se debruçar sobre cada dimensão cultural, deparamos com conceitos diferentes de cultura. Essa é outra característica que vem sendo ressaltada nos estudos brasileiros sobre políticas culturais. Rubim (2007a, p.149) afirma que “toda política cultural traz embutida, de modo explícito ou não, uma concepção a ser privilegiada de cultura”, e essa concepção permite delimitar a extensão dos objetos da política cultural, bem como enfrentar questões de modalidades de cultura (popular, erudita, midiática, etc.):

Diferentes concepções de cultura darão origem a políticas culturais distintas. Extremos como cultura popular e erudita, certamente conduzirão os gestores de uma política cultural para diferentes campos de atuação, públicos envolvidos, manifestações e outros constituintes de uma política cultural eficaz. (NASCIMENTO, 2008, p.1-2).

Uma política elaborada a partir do conceito de cultura definido como sinônimo de civilização e erudição, aos moldes de século XIX, será executada através de ações completamente distintas das que tomam como

cultura o conjunto de saberes e fazeres da população, que trabalham com o diverso, com o plural. (CALABRE, 2009, p.264).

Ainda existe outra dimensão que deve ser observada, como orienta Lia Calabre, que é a dimensão política: “mais coercitiva, menos autoritária, inclusiva, socializada”, pois “esse exercício permite compreender as relações de poder e o espaço para a participação social” (2009, p.264). Observemos as seguintes dimensões políticas e seus comportamentos em relação à política cultural:

A liberal, que identifica cultura e belas-artes, estas últimas consideradas a partir da diferença clássica entre artes liberais e servis. Na qualidade de artes liberais, as belas-artes são vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais.

A do Estado autoritário, na qual o Estado se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade civil.

A populista, que manipula uma abstração genericamente denominada *cultura popular*, entendida como produção cultural do *povo* e identificada com o pequeno artesanato e o folclore, isto é, com a versão popular das belas-artes e da indústria cultural.

A neoliberal, que identifica cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela *mass media*, e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais. (CHAUÍ, 1995).

Acreditamos que essa orientação é fundamental para pesquisas na área de políticas culturais, pois permite a realização de uma espécie de panorama das relações pelas quais as ações do poder público estão envolvidas, identificando a lógica maior em que estão inseridas.

PERSECTIVAS EM BUSCA DE OBJETIVOS

Como já foi exposto, a maioria dos autores que estuda políticas culturais não se preocupa tanto em concentrar esforços maiores em sua teoria, em seus conceitos. Observa-se, então, aqui no Brasil, que a maioria dos estudiosos enfatiza mais as análises de políticas culturais implementadas ou fazem uma espécie de orientação de como este tipo de política deveria ser. Lia Calabre afirma que para se analisar uma política, é preciso levar em consideração alguns pressupostos sobre os quais a política está assentada. No caso, a política em questão é a política cultural, e dentre outros pressupostos, encontram-se as metas e objetivos:

A elaboração de políticas culturais exige a formulação das ações com metas claras, que devem ser construídas a partir da delimitação dos atores sociais envolvidos (sejam como públicos ou como agentes realizadores), das

interfaces e das transversalidades de cada uma das ações que dão vida a uma política. (CALABRE, 2009, p.264)

Martin Cezar Feijó não faz uma pontuação sobre os objetivos de uma política cultural, mas faz uma significativa reflexão que termina deixando claro “para que” uma política desse tipo deve existir: “não se pode confundir cultura a serviço da política com política a serviço da cultura (...) é para diminuir os limites que deve haver uma política cultural, não para reforçá-los” (1983, p.9). Em sua obra, Feijó não apresenta e nem parece ter a pretensão de apresentar uma política cultural, mas praticamente nos dá as diretrizes básicas para orientar a construção dessa política específica, em sua visão, obviamente. Apesar de Laraia (2008, p.80) afirmar que: “A participação do indivíduo em sua cultura é sempre limitada; nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura”. Mas essa já uma outra discussão que, em outro momento mais oportuno pode ser explorada.

Em uma explanação pertinente, prática e objetiva, Reis (2007, p.143-169) atribui à política cultural os seguintes objetivos considerados por ela como os mais frequentes e relevantes, atentando para o fato de que eles são interdependentes de outras políticas públicas (econômica, social, educacional, de turismo e das relações exteriores): diversidade cultural; democracia cultural e inclusão; cultura e identidades; regeneração geográfica e qualidade de vida; cultura e imagem nacional. Assim, a partir da explanação de Reis, pode-se concluir que: primeiro, a política cultural depende de outras políticas públicas; segundo, como consequência da primeira conclusão, para que os objetivos da política cultural sejam alcançados, outras políticas públicas devem participar desse processo.

Encontra-se muitos artigos, resenhas e pesquisas acadêmicas em que a cultura está posta como instrumento para transformação da sociedade, e isso termina se constituindo, portanto, como um objetivo principal da política cultural, segundo as perspectivas dos estudiosos:

Ao se falar em cultura, está se fazendo, na verdade, uma referência ao processo de construção da realidade. A cultura se transforma em fator de desenvolvimento econômico sustentável, gerador de ocupações e oportunidades, proporcionando experiências educativas significativas e relevantes. (RAMALHO, 2006, p.251)

Ao definir política cultural, Raquel Moniz Colombiano propõe que a política cultural assumira dois objetivos: “satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas”. (COLOMBIANO, 2009, p.5). São objetivos que diferenciam-se dos demais apenas pelo fato de, em sua linguagem, transmitir

algo mais amplo (“desenvolvimento de suas representações simbólicas”), como que quisesse concentrar mais esforços bem próximos da dimensão antropológica da cultura, mas que não significa anular o objetivo de caráter sociológico, prático e concreto da política cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora, mais do que nunca, o tema das políticas públicas ganha visibilidade mais ampla, onde a grande maioria dos segmentos sociais se faz presente em sua discussão. Na verdade, a sociedade está cada vez mais percebendo que tudo resume-se a uma ação política: “O fato de que hoje tudo é política, traz consigo conseqüências positivas, entre elas a aceleração na formação da consciência das camadas populares”. (SANTOS, 2002, p.107). Essa consciência é o que tem contribuído para os amplos debates sobre política pública, tem sido uma cobrança da própria sociedade. Mas ainda é preciso se preocupar com seus estudos teóricos, principalmente no Brasil.

Quanto à política cultural, de fato, é preciso concentrar mais esforços na sua teorização. Os estudos com fortes bases empíricas já alcançaram o ápice. Deve-se agora ampliar e intensificar a teoria, de modo a cooperar com as discussões sobre o tema, bem como contribuir para formulações de políticas culturais mais adequadas e fundamentadas. Acreditamos que o campo teórico-conceitual das políticas culturais aqui no Brasil ainda está em processo de consolidação, mas são perceptíveis avanços relevantes, dignos de serem analisados e explorados. Como consequência desse esforço, cada vez mais nota-se a importância das políticas culturais, o que contribui para que a cultura ocupe espaço cada vez maior nas políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBALHO, Alexandre. In: NASCIMENTO, Alberto Freire. *Política cultural e financiamento do setor cultural*. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador-BA, 2008.
- BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e política pública*. In: São Paulo em Perspectiva - Scielo, v.15, nº 2, abr/jun, São Paulo, 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>> Acesso em: 10/08/2011.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais: situação nacional e contrapontos Latino-americanos. In: MARCO, Kátia de; REIS, Ana Carla Fonseca (Orgs.). *Economia da Cultura: ideias e vivências*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura política e política cultural*. In: Estudos Avançados – Scielo, vol.9, n°.23, São Paulo, janeiro-abril, 1995. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141995000100006&lang=pt > Acesso em: 10/07/2011.

COELHO, Teixeira. In: NASCIMENTO, Alberto Freire. *Política cultural e financiamento do setor cultural*. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador-BA, 2008.

COLOMBIANO, Raquel Moniz. As espacialidades das políticas culturais e a reprodução das desigualdades de acesso à cultura na cidade do Rio de Janeiro. In: MARAFOM, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo. (orgs.). *A metrópole e o interior fluminenses: simetrias e assimetrias geográficas*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009, p.3-34.

FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é política cultural*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FÉLIX, Paula; FERNANDES, Taiane. Política cultural. In: ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira de (Org.). *Mais definições em trânsito*. Salvador: Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade-Facon-UFBA, 2007. Disponível em:< <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/POLITICACULTURAL.pdf> > Acesso em: 23/10/2011.

FREY, Klaus. *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. *Planejamento e Políticas Públicas*, n°21, junho, 2000, Disponível em:< <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158> >. Acesso em: 3/08/11.

IBGE- *Pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/cultura2006.pdp>> Acesso em: 14/08/2011.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 22 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

NASCIMENTO, Alberto Freire. *Política cultural e financiamento do setor cultural*. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador-BA, 2008.

RAMALHO, Claudia Martins. Economia da cultura: uma visão institucional a partir da implantação das diretrizes de cultura do SESI. In: *I Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura*. Ministério da Cultura, 2006, p.251-253.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. Barueri-SP: Manole, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil e na Argentina*. Biblioteca do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2006. Disponível em:< http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_Brasil_Argentina.pdf > Acesso em: 10/02/12.

_____. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007a, p.139-158. Disponível em:< <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/139/1/Teorias%20e%20politicas%20da%20cultura.pdf> > Acesso em: 05/04/2012

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Antonio Albino Canelas (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007b.

SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. In: RIBEIRO, Wagner Costa. São Paulo: Publifolha, 2002.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007, p.133-155.

SAWAYA, Ana Lydia. *Políticas públicas: pontos de método e experiências*. *SciELO*, v. 20, nº 56, jan/abr, São Paulo, 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142006000100010&lang=pt> Acesso em: 10/09/2011.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. In: *Sociologias-SciELO*, Porto Alegre, nº 16, jul/dez, 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lang=pt>. Acesso em: 10/07/11.

_____. *"Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais – SciELO, São Paulo, v.18, nº 51, fevereiro, 2003. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100003> Acesso em: 19/05/2012.

SHIOCHET, Valmor. Sociedade civil, o social, o político e suas mediações. In: *Sociedade Civil: o social pensado politicamente*. Blumenau: Edifurb, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Faculdades Integradas do Tapajós, 2002. Disponível em:<http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf> Acesso em: 15/09/11.